

Introdução

Silvia Noronha Sarmento

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SARMENTO, S. N. Introdução. In: *A raposa e a águia*: J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da primeira república [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 17-23. ISBN 978-85-232-1153-0. Available from: doi: [10.7476/9788523211530.002](https://doi.org/10.7476/9788523211530.002). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/ykf8q/epub/sarmento-9788523211530.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

INTRODUÇÃO

Há algum tempo, quando folheava um conjunto de fotografias antigas na rotina atarefada e estimulante do meu trabalho de pesquisadora do Centro de Memória da Bahia (Fundação Pedro Calmon), notei que um senhor ao meu lado se debruçava sobre as imagens. Era uma figura simpática, conhecida de todos por lá, descendente de uma família tradicional da velha Bahia. Aproveitando seu interesse, desafiei-o a identificar um dos indivíduos retratados: um homem calvo, sem bigodes ou barba, muito emaciado e encurvado pela idade, situado no centro da foto, próximo a alguém que ambos sabíamos ser Otávio Mangabeira. Meu interlocutor não reconheceu o ancião e surpreendeu-se quando eu lhe falei que era J. J. Seabra. Tomando a imagem nas mãos para ver melhor, fez o seguinte comentário: “Realmente, é Seabra... está diferente, envelhecido, mas ainda *dá para ver a maldade nos olhos dele*”.

Esse episódio cotidiano, ocorrido em 2006, é apenas um exemplo do sentimento que a figura do político José Joaquim Seabra (1855-1942) ainda

é capaz de provocar na Bahia seis décadas após a sua morte. Governador da Bahia por dois mandatos, senador, deputado, duas vezes ministro, Seabra percorreu mais de cinquenta anos de atividade política, desde o Império até os últimos anos do Estado Novo. Durante essa longa e acidentada trajetória, despertou, em grandes doses, o amor e o ódio dos seus contemporâneos.

Sua memória, no entanto, parece concentrar, atualmente, apenas características negativas. De um lado, há os que o consideram uma espécie de déspota truculento. Para essas pessoas, em geral de idade mais avançada, o nome Seabra costuma evocar imediatamente as imagens do bombardeio de Salvador, o palácio do governo em chamas, os canhões do Forte de São Marcelo surpreendentemente voltados para a cidade que deveriam defender. De outro lado, no meio universitário, novas gerações identificam Seabra como o símbolo do urbanismo destruidor da velha Salvador, o homem da civilização à força, da higiene disciplinadora e perversa, que segregava pobres e negros para criar o ambiente desejado pela burguesia em ascensão. A força dessas associações é tanta que muitos põem na conta das destruições seabristas fatos que ocorreram depois do fim do seu governo, como a traumática demolição da igreja da Sé, realizada em 1933, já no governo Juraci Magalhães¹.

Por que Seabra, que certamente dividia opiniões em vida, passou à memória dos baianos de hoje como uma quase unanimidade negativa? Este trabalho parte da hipótese de que para isso contribuiu, em parte, a rivalidade que se estabeleceu entre ele e o grande herói baiano e brasileiro do período: o senador, ministro e deputado Rui Barbosa (1849-1923). Glorificado em vida, celebrado após a morte, Rui concentrou as aspirações de saber, grandeza, civilização, justiça e liberdade de todo o país. Em uma palavra, ele representava o bem. Confrontado com essa figura mítica, J. J. Seabra encarnava a imagem do mal.

¹ Seabra tentou, efetivamente, derrubar a igreja da Sé em seu governo, como aponta Fernando da Rocha Peres (2009), mas não conseguiu concluir as negociações. A derrubada se concretizou uma década após a queda do seabrismo, quando ele já estava na oposição, sem qualquer controle sobre o poder estadual.



Um olhar mais acurado sobre a política baiana da Primeira República, entretanto, mostra que o quadro não era tão simples. Como aponta Consuelo Novais Sampaio, em um texto publicado em 1989, como prefácio nas Obras Completas de Rui Barbosa, o antagonismo entre os dois é bem mais complexo do que a memória popular e parte da historiografia fazem parecer. Ela observa que Rui Barbosa e Seabra tinham muito em comum. Eram homens de origem urbana, de formação liberal, sem ligação pessoal com o latifúndio, mas vinculados aos chefes tradicionais. Ambos foram exilados ao combater Floriano Peixoto, no início da República, e conquistaram destaque nacional. Enquanto Rui sobressaía pelo poder do verbo, Seabra angariava espaços pela sagacidade e capacidade de articular apoios. O confronto ocorria no campo político, era uma disputa de poder. Nas palavras da autora:

Foi a luta pelo poder, e as paixões dela decorrentes, que, gradativamente, estabeleceram o afastamento de Rui e Seabra. Na primeira fase republicana, Rui continuou a ser o condutor da política baiana e seu porta-voz maior junto ao poder federal. Mas, aos poucos, o desempenho político e a sagacidade de Seabra passaram a conferir-lhe destaque no mundo político nacional. E as relações políticas que, entre os dois baianos, eram revestidas de admiração e respeito, foram-se deteriorando, no decorrer do período. (BARBOSA, 1919, v. 46, t. 3, p. XV)

O prefácio citado foi o ponto de partida das investigações da dissertação de mestrado que deu origem a este livro. A partir disso, foi-nos colocado o problema: que convergências e divergências apresentaram Rui Barbosa e J. J. Seabra em suas trajetórias na República? De que forma os dois polarizaram a elite política baiana no período? Que propostas apresentavam? Que estratégias adotaram no confronto? Vinculavam-se a que grupos políticos, econômicos e sociais?

A primeira providência tomada na investigação foi uma delimitação do tema. Definiu-se que a pesquisa seria restrita à política da Bahia,



embora, muitas vezes, seja imprescindível a referência ao quadro nacional. Esse limite se justifica porque Rui e Seabra eram políticos de renome em todo o país, embora não com a mesma relevância. Apesar do sucesso de Seabra, a projeção nacional de Rui era significativamente maior. Pode-se dizer que, até Getúlio Vargas, não houve político brasileiro com popularidade comparável à de Rui.

A ênfase no confronto estadual significou a exploração de um aspecto negligenciado na extensa bibliografia sobre Rui. Das 764 obras citadas em um levantamento recente da Fundação Casa de Rui Barbosa (MAGALHÃES, 2007, p. 13), nenhuma aborda especificamente a dinâmica entre Rui e a política baiana. Trata-se, contudo, de tema imprescindível para a compreensão de sua atuação política, já que, em toda sua trajetória republicana, ele contou com a Bahia para a renovação do mandato no Senado. Isso o levou a estabelecer uma relação com aqueles que controlavam os votos baianos. Trata-se de um ponto bastante obscuro dos chamados “estudos ruianos”, para o qual este trabalho pretende lançar alguma luz.

O principal conjunto de fontes primárias é formado por discursos de Rui e Seabra, na imprensa e em cargos públicos, especialmente entre 1909 e 1923 – auge do confronto político entre os dois. Em 1909, na brecha aberta pela “campanha civilista” de Rui à presidência, Seabra encontrou as condições para viabilizar sua ascensão ao governo baiano. O marco final, 1923, é assinalado pela morte de Rui e, coincidentemente, pelo declínio de Seabra, que culminaria com sua deposição do governo no ano seguinte. Embora tenha falecido em 1942, e permanecido atuante até o fim da vida, Seabra nunca recuperou o poder exercido até 1924. Essas balizas, entretanto, foram relativizadas ao longo da pesquisa. A necessidade de compreender as origens do pensamento e das atitudes dos dois baianos levou-nos a recuar constantemente a pesquisa para textos produzidos décadas antes do período delimitado.

Em relação a Rui, o trabalho de mapeamento e seleção dos discursos foi facilitado pelo esforço de décadas da Fundação Casa de Rui



Barbosa, no Rio de Janeiro, para sistematizar sua produção intelectual. Hoje, os 49 volumes (divididos em 138 tomos) já compilados das Obras Completas de Rui Barbosa estão disponíveis na internet, através de biblioteca digital (http://www.docvirt.no-ip.com/ObrasRui/STF_Biblioteca.htm). O acesso aos textos foi facilitado por esse recurso, que permitiu, além da leitura integral, a busca por palavras-chave.

Infelizmente, não há um repositório organizado com os discursos de Seabra, o que nos obrigou a uma pesquisa mais abrangente de fontes: relatórios oficiais de seus períodos como governador da Bahia (1912-1916 e 1920-1924); compilações do Poder Legislativo, especialmente o *Diário do Congresso Nacional*; além da imprensa seabrista de Salvador, representada pelos jornais *Gazeta do Povo* (1909-1916) e *O Democrata* (1916-1922). A prioridade foi verificar como esses jornais se referiam a Rui Barbosa. Partiu-se do pressuposto de que, mesmo com a relativa autonomia dos redatores – em sua maioria, homens atuantes na política, com interesses próprios e nem sempre fiéis ao seabrismo – a orientação geral era definida pelo chefe, isto é, pelo próprio Seabra.

Rui não mantinha jornais na Bahia. Sua atuação jornalística concentrava-se no Rio de Janeiro, onde foi proprietário de veículos como *A Imprensa* e o *Diário de Notícias*. Na República, a relação de Rui com a imprensa baiana era sempre indireta. Ele se relacionava com jornais pertencentes a seus aliados, como *A Bahia*, de José Marcelino, e *A Tarde*, de Simões Filho, por exemplo, mas os artigos desses jornais não podem ser atribuídos à sua responsabilidade. Ainda assim, a consulta a esses veículos seria interessante para aprofundar as ligações de Rui com diferentes grupos baianos. Devido a limitações de tempo, não foi possível fazer uma pesquisa mais aprofundada nesses jornais, e essas questões foram abordadas por outros meios. A tarefa de aprofundar esse aspecto da pesquisa fica aqui sugerida para futuros pesquisadores.

Até aqui, falou-se dos discursos públicos de Rui e Seabra como o principal conjunto de fontes. A pesquisa incluiu também um segundo



conjunto, formado por documentos pessoais (cartas, bilhetes, telegramas) guardados em arquivos privados. Além do arquivo de Rui, conservado pela Fundação Casa de Rui Barbosa, foram consultados documentos do Centro de Memória da Bahia da Fundação Pedro Calmon (acervos de Otávio Mangabeira e Simões Filho). Infelizmente, não há registros de um acervo de Seabra. Alguns documentos que pertenceram a ele, guardados na Fundação Pedro Calmon, foram consultados.

Sem cair no “feitiço” dos arquivos privados, como adverte Ângela de Castro Gomes (1997), isto é, sem nos deixar seduzir pela ilusão de que eles trariam os indivíduos como eram “de verdade”, o exame desses documentos permitiu uma visão mais próxima das relações entre Rui e Seabra. Os 125 documentos da pasta J. J. Seabra (CR1332.1/1) guardados no arquivo de Rui indicam uma relação pessoal respeitosa, às vezes afetuosa, embora nunca íntima. Em ordem cronológica, eles revelam uma sutil mudança de atitude de Seabra em relação a Rui: as primeiras cartas ao “ilustríssimo mestre”, “mais notável dos brasileiros”, “uma das glórias da América”, vão cedendo lugar a outras dirigidas ao “eminente amigo”, e até “colega”, em um indício de que, com sua ascensão política, ele passou a tratar Rui Barbosa quase de igual para igual. Ainda assim, sua escrita para o conterrâneo é sempre extremamente reverente.

A análise das fontes e da bibliografia permitiu a composição de um panorama complexo da política baiana da Primeira República. Muitos aspectos foram apenas tangenciados aqui, por limitações de tempo e espaço. O trabalho buscou se concentrar especificamente no confronto entre Rui e Seabra. Para facilitar a compreensão, cada capítulo aborda um aspecto da disputa.

O primeiro capítulo caracteriza os contendores, com suas origens, vínculos, formação e ingresso na política. O segundo contextualiza o confronto Rui X Seabra na política da Primeira República, e oferece uma visão da arena em que eles terçavam armas (a Bahia), e das regras do combate. Foram enfatizadas duas dimensões das relações políticas:



uma face pública, que se desenvolvia no campo da retórica e dos rituais, e uma face oculta, expressa tanto na chamada “pequena política” dos empregos e favorecimentos como nas relações de ambos com poderosas corporações ligadas ao capital internacional, como os grupos Guinle e Light. O terceiro capítulo traz uma visão geral dos principais embates e tréguas entre os dois baianos. Inicia-se com os desentendimentos em torno do Código Civil (1902), passa pela “degola” do mandato de Seabra no Senado (1906), pela campanha civilista (1909-1910), pelo bombardeio de Salvador (1912), pela greve na capital e pelo levante sertanejo (1919/1920), culminando com as articulações de Rui, já no leito de morte, para consumir a derrubada final de Seabra (1923). É interessante notar que, após cada momento de combate acirrado, houve uma trégua, não raro transformada em aliança. Essas oscilações sugerem que, fora a disputa pelo poder e a rivalidade decorrente, não havia uma incompatibilidade profunda entre os dois baianos.

Este livro reproduz, com pequenas adaptações e correções, a dissertação apresentada ao Mestrado em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, em 2009. Espera-se que, mesmo com eventuais falhas e omissões, o texto possa ser apresentado a um público mais amplo, e que possa suscitar um debate interessante de ideias, contribuindo para a construção de um olhar crítico sobre nossa história.

